

ANO 10 • N° 202

24 DE MAIO DE 2024

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014



O acirramento da crise entre China e Filipinas no Mar do Sul da China

ESTE E OUTROS 12 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 202 • 24 de Maio de 2024

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [Porta-aviões “Liaoning” da Marinha do Exército de Libertação Popular da China](#)

Por: PLAAN

Fonte: Flickr

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ -
Brasil
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontradas na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Vice-Almirante Gustavo Calero Garriga Pires

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) José Luiz Ferreira Canela

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Prof. Dr. Rafael Zelesco Baretto (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)

TRADUÇÃO

Lucas Salles Pithon Macedo (UFRJ)



ÁFRICA SUBSAARIANA

Carolina Vasconcelos de Oliveira Silva (PUC-Rio)
Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UERJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
José Ricardo de Oliveira Araujo (UFRJ)
Luísa Barbosa Azevedo (UERJ)
Mariana Bastos Fraguito (UFRJ)
Nicole Eduarte Silva Chifunga (UFF)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (ESG)

AMÉRICA DO SUL

Bruna da Silveira Eloy (UFRJ)
Fernanda Carvalho Calado Coutinho (UFF)
Gabriel Augusto Almeida da Silva (UFRJ)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)
Rafael Henrique de Almeida Bandeira Araujo (UFRJ)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Gabriel Paradela Heil (UFRJ)
Kaíke Ferreira Mota (UFRJ)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
Jayanne Balbino Soares (UFF)

EUROPA

Amanda Maciel Fraga Montoiro (UFRJ)
Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Maria Victoria R. Scarlatelli de Menezes (KCL)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Millene Sousa dos Santos (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (Kobe University)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFSC)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Amanda Neves Leal Marini (ECEME)
João Gabriel Fischer Morais Rego (ECEME)
Maria Clara Vieira Schneider Vianna (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)
Vitória de França Fernandes (UNIRIO)

RÚSSIA & EX-URSS

Gabriel Willian Duarte Constantino (UFRJ)
José Gabriel de Melo Pires (ECEME)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangueira (PUC-Rio)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri (UFRJ)
Maria Fernanda Császár Lima Ferreira (UFRJ)
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)
Renan Guimarães Canellas de Oliveira (PUC-Rio)

TEMAS ESPECIAIS

Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)



Aquisição de caças F-16 pela Argentina

Luciano Veneu

A necessidade de renovação da esquadilha de caças da Força Aérea argentina é latente desde 2017, quando o país deixou de operar aeronaves supersônicas. Em abril de 2024, o presidente Javier Milei anunciou a aquisição, da Dinamarca, de 24 caças F-16 que estavam sendo operados pelo país, os quais estão ainda sem data de entrega. A compra, que custará US\$ 300 milhões, demonstra uma maior proximidade do governo atual com os Estados Unidos da América (EUA), que aprovaram a transação, e se relaciona também ao pedido realizado por Buenos Aires para se tornar um “parceiro global” da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Sendo assim, como essa venda e a aproximação com a Otan impactam a capacidade de Defesa argentina e se encaixam na atual disputa mundial de poder entre China e EUA?

Buenos Aires sofre embargos no mercado internacional de Defesa como consequência da Guerra das Malvinas (1982). Desde então, o país tem tido dificuldades para modernizar suas Forças Armadas, pois boa parte dos equipamentos ocidentais possuem componentes britânicos. Logo, a capacidade de obtenção de meios militares, principalmente de aeronaves de caça, torna-se limitada. Com isso, buscou-se outras fontes de material bélico, como a Rússia e a China, de onde inclusive estudou-se comprar caças JF-17 ([Boletim 157](#)). Portanto, para Buenos Aires, a compra dos F-16 pode representar uma reaproximação de parceiros ocidentais,

em paralelo ao supracitado pedido de parceria com a Otan.

É provável que Washington tenha aprovado a compra objetivando impedir o avanço chinês na América do Sul, já que o país asiático possui a iniciativa *Belt and Road* ([Boletim 188](#)) incrementando sua influência econômica sobre o subcontinente. Sob a ótica do governo Biden, os F-16 permitem à Argentina suprir uma defasagem em sua capacidade de Defesa, além de evitar a expansão da indústria bélica chinesa para seu entorno imediato. Logo, o Estado sul-americano torna-se palco da disputa de poder entre EUA e China, e se utiliza dessa posição para atingir objetivos estratégicos nacionais.

Portanto, a aquisição dos caças F-16 pela Argentina não apenas atende à necessidade premente de modernização das Forças Armadas do país, mas também reflete um movimento estratégico dentro da estrutura geopolítica global. Enquanto Buenos Aires busca reforçar suas próprias capacidades militares e superar obstáculos históricos, a aprovação de Washington para essa transação destaca a crescente rivalidade entre potências mundiais, como a China e os EUA, e seu impacto em regiões estratégicas, como a América do Sul. Este episódio ilustra como as dinâmicas geopolíticas moldam não apenas as decisões de política externa dos países, mas também suas capacidades militares e a segurança regional.

F-16 Fighting Falcon



Empty weight:
~8940 kg

Range:
870km in an
air-to-surface role

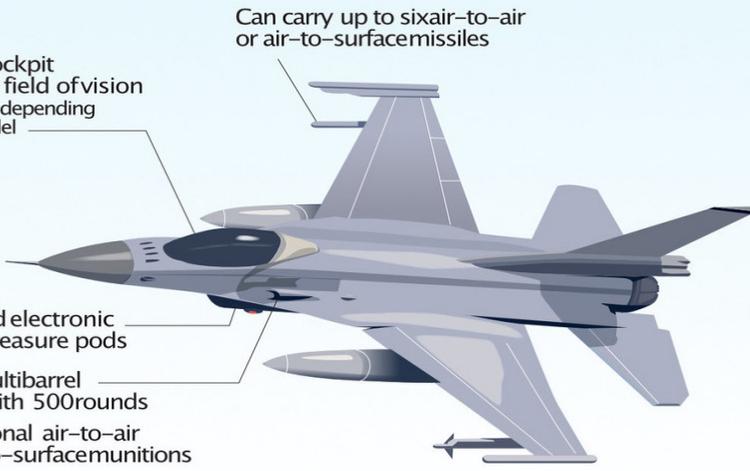
Ceiling: 15 km

Max speed: Mach 2
(~2,470 km/h)

Manufacturer:
Lockheed Martin

Armies of more than 25 countries have used the F-16 since its first flights in 1976

- Can carry up to six air-to-air or air-to-surface missiles
- Curved cockpit with wide field of vision
1 or 2 seats depending on the model
- Radar and electronic countermeasure pods
- 20mm multibarrel cannon with 500 rounds
- Conventional air-to-air and air-to-surface munitions



Fonte: Arab News

Os impactos geopolíticos da parceria Rússia-Nicarágua

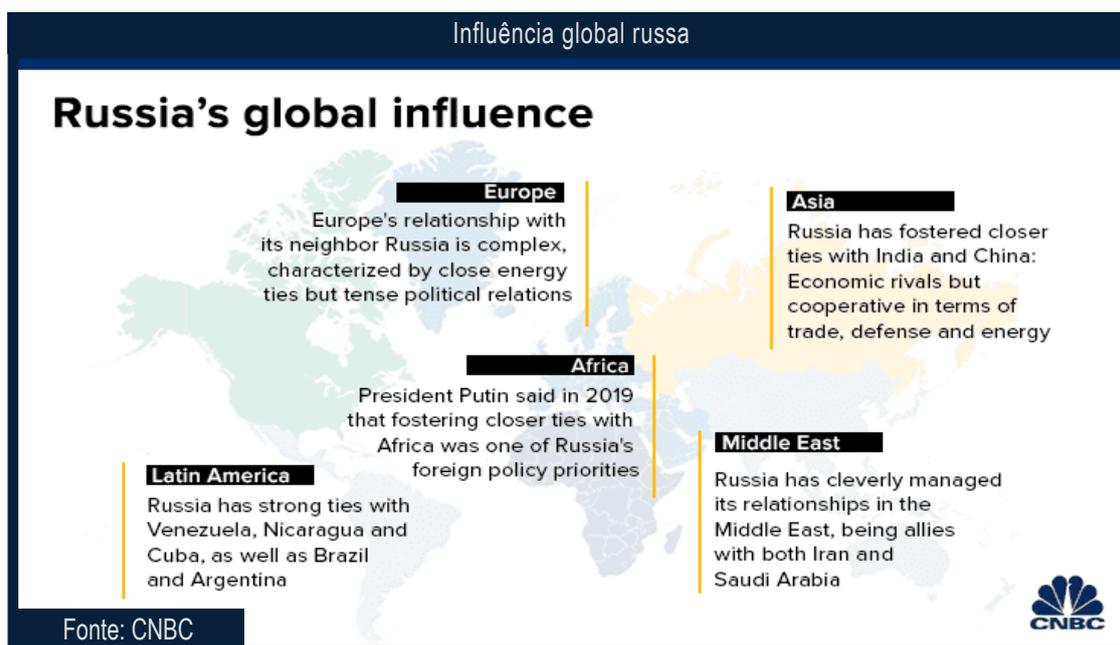
Kaike Mota

No dia 15 de maio de 2024, os Estados Unidos da América (EUA) impuseram sanções ao Centro de Treinamento Anti-narcóticos do Ministério do Interior russo (RTC, sigla em inglês), localizado em Manágua, Nicarágua. A decisão estadunidense foi motivada pela suposta participação do RTC no treinamento das “forças de opressão” nicaraguenses e na prisão de pessoas por expressarem posicionamentos contrários ao governo. O Centro é considerado por opositores como um “ninho de espiões russos” na América Central. Dessa forma, é interessante analisar a aliança russa com a Nicarágua e quais são seus impactos na relação do país centro-americano com os EUA.

Daniel Ortega, atual presidente da Nicarágua, desenvolveu fortes laços com a Rússia desde o começo de seu mandato, visitando a capital do país europeu em dezembro de 2008, em uma de suas poucas viagens internacionais. No âmbito de defesa, a agência de notícias russa *RIA Novosti* apontou que a potência já forneceu ao país centro-americano duas unidades do helicóptero militar MI-17V-5, bem como veículos blindados. Além disso, a Rússia financiou o RTC para apoiar no combate ao tráfico de drogas na Nicarágua, fazendo com que o centro funcione também como um órgão de treinamento regional para forças de defesa e segurança dos países vizinhos. A Nicarágua fica na rota do tráfico de drogas da América do Sul para os EUA, maior mercado consumidor global de cocaína.

Para os EUA, o país centro-americano é uma zona de influência russa na América Central, e a aplicação de sanções é a solução encontrada para demonstrar insatisfação e discordância frente à situação que ocorre na Nicarágua. O governo de Daniel Ortega também causa preocupação na comunidade internacional por numerosos atos contrários aos direitos humanos ([Boletim 76](#)). Além das sanções ao RTC, houve algumas penalidades às mineradoras *COMINTSA* e *Capital Mining*, vinculadas ao governo e que, segundo o Departamento do Tesouro estadunidense, possuem relações financeiras com o presidente e a vice-presidente.

A Nicarágua é um dos países mais pobres da região centro-americana, com um PIB de US\$ 15,67 bilhões. Segundo a *Human Rights Watch*, Ortega fechou mais de 3.500 Organizações Não Governamentais somente em 2023, apontando para a instabilidade sociopolítica que o país enfrenta. Ademais, a crise instaurada pelo governo de Ortega influencia a relação do país com o resto do mundo. A presença e a influência russas na Nicarágua são elementos de preocupação para os EUA, que impõem sanções com capacidade de agravar ainda mais a situação do país. A partir disso, conclui-se que a parceria com a Rússia é benéfica no campo militar, porém traz inimigos regionais ao país centro-americano, levando ao questionamento quanto a até que ponto é interessante à Nicarágua manter a parceria com o país europeu.



O incômodo estadunidense com as relações externas sul-africanas

Carolina Vasconcelos e José Ricardo Araujo

A “Revisão das Relações Bilaterais EUA-África do Sul” é um projeto de lei americano que está tramitando sob denominação de “HR 7256” desde fevereiro de 2024. Nele, o Legislativo dos Estados Unidos da América (EUA) propõe a elaboração de um relatório para averiguar se o país africano ainda seria considerado um parceiro estadunidense. Segundo o projeto, a razão para essa desconfiança seria um histórico de relações do país com “atores malignos” como China, Rússia e até o grupo Hamas. Os congressistas justificam a acusação enumerando diversas interações sul-africanas com esses atores, incluindo exercícios navais conjuntos, treinamento militar e supostas ligações telefônicas suspeitas. Assim, questiona-se: quais são as chances de esse projeto de lei acarretar em uma concreta ruptura das relações EUA-África do Sul?

Do ponto de vista jurídico, o projeto tramita no Congresso, constituído pela Câmara dos Representantes e pelo Senado, que possuem competência implícita para a criação de leis (*implied power*, em inglês). Com isso, para o prosseguimento do feito, é necessária, em síntese, a aprovação de ambas as câmaras, além de sanção ou veto presidencial, havendo a possibilidade de revisão e nova submissão no caso de veto. Além disso, o tempo de tramitação é outra incerteza, visto que depende de um cálculo prioritário do Legislativo estadunidense. Essa complexidade burocrática dificulta o processo, somando a ele a entaves econômicos e geopolíticos.

A África do Sul é o principal parceiro comercial estadunidense na África Subsaariana. Desde 2000, o Estado africano está na lista de beneficiários do projeto de facilitação comercial estadunidense “Lei de Crescimento e Oportunidades da África” (AGOA, em inglês). Ademais, diante da atual Grande Estratégia estadunidense, o distanciamento da África do Sul seria contraditório por ameaçar os objetivos estratégicos nacionais, pois viabilizaria avanços de concorrentes. Isso se contrapõe à Estratégia de Segurança Nacional do governo Joe Biden, que enuncia como prioridade a contenção da influência de seus “competidores estratégicos” — nominalmente, China e Rússia.

Portanto, não há justificativas expressivas para o “HR 7256” provocar o fim do laço bilateral histórico, especialmente ao se considerar que o projeto reflete um sentimento mais do legislativo do que do executivo estadunidense. Contudo, sua falta de valor prático não se reflete no simbolismo de insatisfação do legislativo estadunidense com as relações político-econômicas sul-africanas. Enquanto isso, o governo sul-africano não demonstra estar disposto a alterar sua política externa por desígnios alheios. Isso pode levar a um desgaste progressivo das relações entre os atores, porém dificilmente acarretará na ruptura completa.



União Europeia: o novo Pacto sobre Migração e Asilo e as futuras políticas do bloco

Amanda Maciel Fraga Monteiro

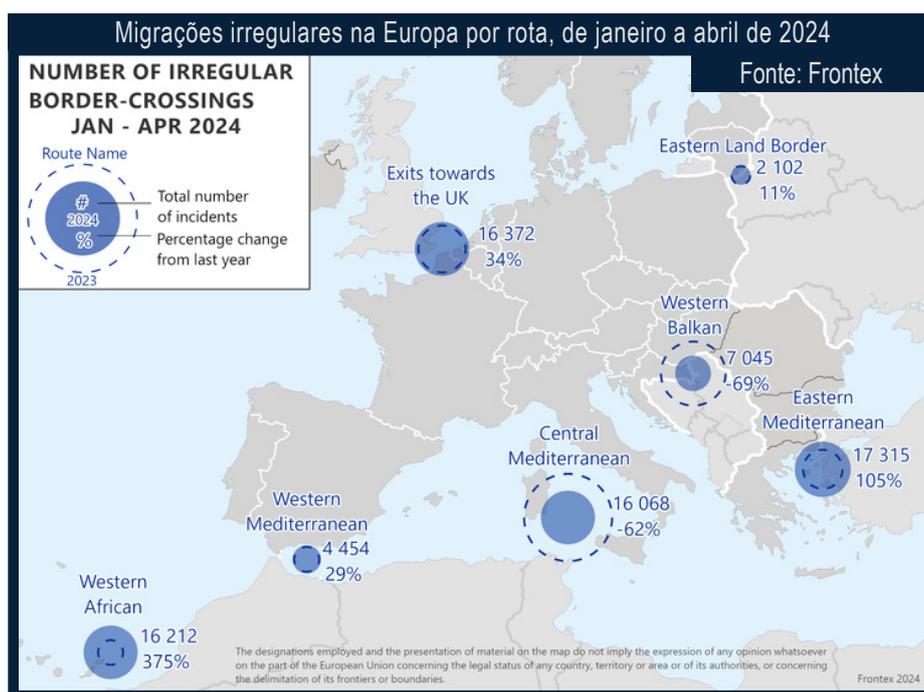
Após anos de intensos debates em prol de resoluções coletivas, a União Europeia (UE) inaugura uma nova era com uma reforma histórica em seu sistema de migração e asilo. Juntamente às sucessivas crises migratórias que foram fonte de tensões políticas no continente nos últimos anos, o processo do *Brexit* e a insurgência de medidas internas unilaterais são exemplos da falta de unidade europeia nesse período. Em resposta aos anos de desacordos, a Comissão Europeia propôs o Novo Pacto sobre Migração e Asilo, uma ambiciosa e abrangente iniciativa de gestão conjunta de migração e refúgio que visa tornar o sistema europeu eficaz e único. O pacto foi aprovado pelo Conselho da UE no dia 14 de maio de 2024 e, diante disso, uma importante questão emerge: como ele se relaciona a possíveis mudanças nas políticas internas e externas da Europa?

O Novo Pacto baseia-se na reforma proposta em 2016 e promete transformar o sistema europeu de dentro para fora, acelerando e integrando os procedimentos de asilo, estreitando a cooperação com países de fora do bloco e resolvendo um crônico atrito na UE: a disparidade de esforços e responsabilidade entre os Estados membros. O documento é extenso, porém duas medidas de solidariedade para com os países fronteiriços foram notoriamente reiteradas: a recolocação dos migrantes de nações sob pressão para outros Estados

membros e o patrocínio de regressos, no qual uma nação menos afetada se responsabiliza pelo retorno de migrantes irregulares de uma nação na linha de frente. Juntas, as medidas formam uma tentativa de partilha equitativa dos encargos e um avanço por uma resolução conjunta da UE à problemática do século.

Concomitantemente, o Pacto se compromete a aprofundar a cooperação com países não pertencentes ao bloco, reafirmando a premissa de benefícios mútuos. Os documentos destacam apoio operacional mais robusto — por meio do envolvimento de agências como a Frontex e a Europol — na contenção da migração irregular nas fronteiras dos Estados. Em comparação, há menor atenção à implementação de políticas e instrumentos financeiros voltados ao desenvolvimento dos países historicamente colonizados por potências europeias que, de maneira significativa, são países de origem dos migrantes e refugiados.

Em conclusão, o Novo Pacto sobre Migração e Asilo da União Europeia é um marco na história do bloco e constitui uma nova diretriz na gestão da migração no continente. Além de representar uma ambiciosa tentativa de promover a unidade europeia na resolução das crises migratórias, o pacto também orienta as políticas externas dos Estados membros nas relações com países extrabloco, tornando-se uma nova fonte relevante de estudo para as análises das Relações Internacionais.



O discurso de fevereiro de 2022 do chanceler alemão Olaf Scholz deveria ter representado o ponto de inflexão, traduzido como *Zeitenwende* em alemão, da política de Defesa do país ([Boletim 180](#)). Dois anos depois, é possível observar as evoluções na estratégia econômica e em investimentos em Defesa. Considerando-se isso, é importante analisar quais foram as mudanças concretas na nova política externa alemã e quais são as perspectivas futuras.

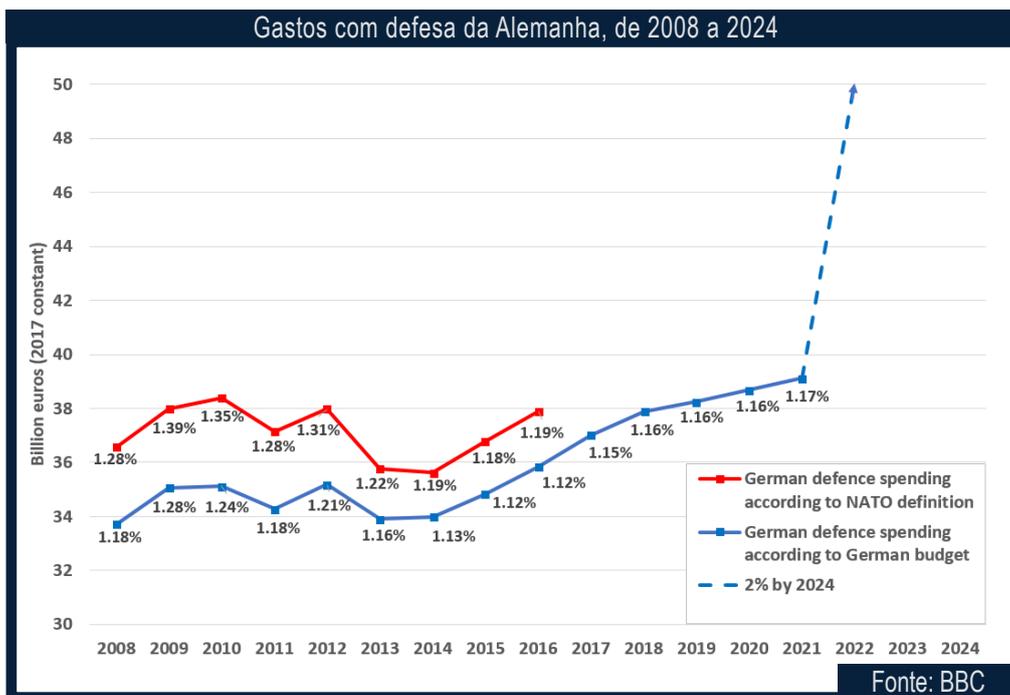
Com uma economia orientada para a exportação, a Alemanha depende fortemente das rotas comerciais globais. Os 20 portos alemães nos mares do Norte e do Báltico são extremamente importantes, já que 60% das rotas comerciais alemãs são marítimas. Nesse contexto, o conflito russo-ucraniano e os ataques dos rebeldes houthis no Mar Vermelho apontaram para a necessidade de rotas alternativas. Sendo assim, a conexão entre Alemanha e China é uma das prioridades do governo atual, bem como o fortalecimento das relações com a Índia.

Além das rotas comerciais, outro importante problema é a questão energética. Para implementar uma economia de guerra e melhorar a segurança energética, a Alemanha precisa pensar em alternativas no que concerne a sua dependência do gás natural da Rússia. O interesse na aproximação com a Índia entra em destaque

novamente por conta da parceria para desenvolvimento de tecnologia de hidrogênio verde de 2023. Entretanto, o plano alemão de utilizar energia limpa é um problema para a produção de aço por não ser tão eficiente quando comparado ao uso de gás natural para o mesmo fim, o que pode impactar o desenvolvimento da indústria alemã de Defesa.

Sobre esse tema, em relação a investimentos em Defesa, a Alemanha teve evoluções importantes nesses últimos dois anos. Não apenas se tornou o país europeu com maior contribuição em ajuda humanitária, financeira e militar à Ucrânia, mas também está gastando mais de 2% do PIB em Defesa pela primeira vez em três décadas. Por outro lado, a preocupação principal é sobre como serão mantidos esses compromentimentos, dada a previsão de encerramento do fundo especial de US\$ 108 bilhões em 2027 e o congelamento do orçamento regular de Defesa até 2026.

Conclui-se, portanto, que o discurso da *Zeitenwende* causou mudanças na política alemã, porém não o suficiente. A estratégia energética não está alinhada à de Defesa, e os desafios futuros se relacionam a isso. Com um cenário geopolítico cada vez mais instável para as rotas comerciais globais, essas diferenças internas podem agravar mais ainda a tentativa de evolução da segurança da Alemanha.



Equilíbrio precário: a insuficiência das Nações Unidas na Líbia

Vitória França

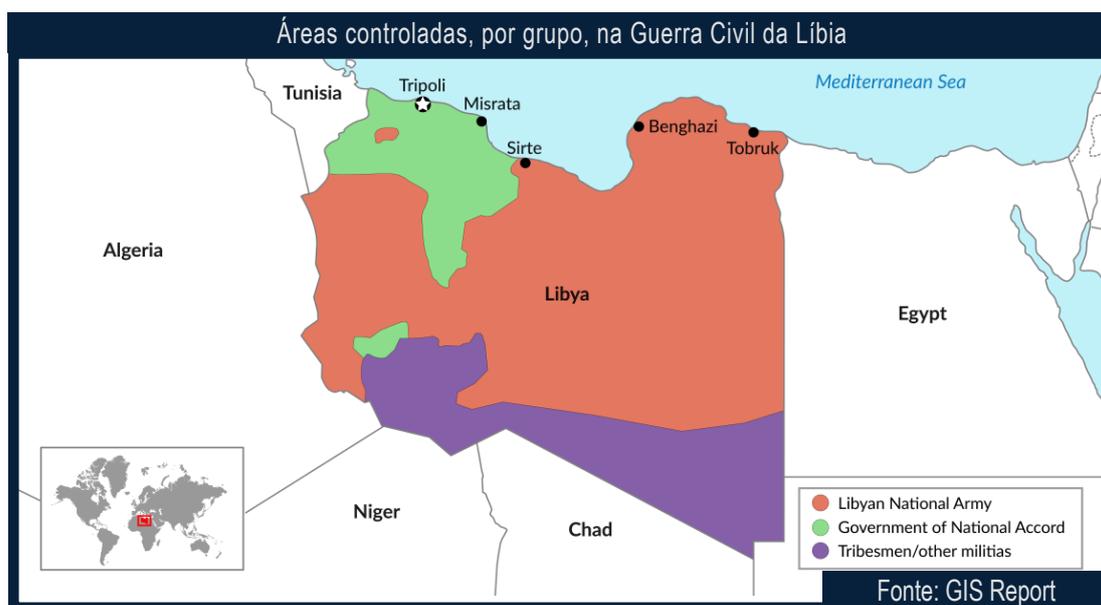
Desde sua criação em outubro de 2011 após as revoltas na Líbia contra Muammar Gaddafi, a Missão de Apoio das Nações Unidas na Líbia (UNSMIL, em inglês) tem enfrentado empecilhos profundos em seus esforços para ajudar os governos de transição líbios a restaurar a segurança pública, proteger direitos humanos e promover o estado de direito e a reconciliação nacional. Nesse contexto, no último mês de abril, o enviado especial da Organização das Nações Unidas (ONU) no país, Abdoulaye Bathily, pediu demissão do cargo sob o argumento de que “a Organização não conseguirá apoiar a transição política do país enquanto seus líderes colocarem os próprios interesses acima de encontrar uma solução”. Sendo assim, cabe questionar: como ocorre a falência das Nações Unidas perante a crise na Líbia?

Tendo inicialmente recebido autorização de apenas três meses, a Missão se desenvolveu durante mais de uma década, sem grandes avanços. Doze anos após o início das atividades, o país continua dividido entre dois governos principais, que contam com milícias em suas respectivas zonas de controle: na área ocidental, o poder é detido pelo Governo de Unidade Nacional, criado em 2021, patrocinado pela ONU e com capital em Trípoli. A leste, o poder está sob controle do Governo de Estabilidade Nacional, formado em março de 2022, apoiado pela Câmara dos Representantes da Líbia e com sede em Sirte. Apesar de algumas conquistas notáveis,

como a assinatura do Acordo Político Líbio em 2015, o quadro tem sido fundamentalmente limitado.

De forma crítica, o mandato tem se mostrado consistentemente inadequado às complexidades do contexto líbio. A Missão evoluiu rapidamente de uma necessidade de estabilizar a Líbia pós-revolução para a mediação de divisões políticas profundas e interferências externas. De forma abrangente, potências estrangeiras — como Egito, Estados Unidos, França, Rússia e Turquia — têm seguido seus interesses particulares no país ou procuraram perturbar os dos seus concorrentes, aliando-se a um dos dois governos, fornecendo-lhes apoio político, financeiro e, em alguns casos, armas (em violação a leis de embargo da ONU).

Em suma, a fragmentação do corpo político líbio, unida à emergência de governos duais e de milícias poderosas, representa talvez o desafio mais significativo para o mandato das Nações Unidas. Um impasse duradouro continua sustentado pela falta de consenso sobre os quadros constitucionais e eleitorais, aprofundado pelo enraizamento dos atores locais e internacionais no *status quo*. Além disso, as sucessivas renovações da UNSMIL, apenas com ajustes incrementais e superficiais, reflete a persistente subestimação da complexidade da dinâmica política da Líbia e do nível de intervenção necessário.



DOI 10.21544/2446-7014.n202.p11.

Os novos desafios do quinto mandato de Putin

Pedro Martins

No último dia 07 de maio, Vladimir Putin tomou posse, iniciando seu quinto mandato como presidente da Federação Russa. O novo período, previsto para durar pelos próximos seis anos, inicia-se com grandes desafios militares, econômicos e políticos. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é analisar os aspectos relacionados a esses desejos, e por que podem ser qualificados dessa forma.

Os aspectos militares e econômicos que se apresentam como um desafio para o próximo mandato estão relacionados ao conflito na Ucrânia. Economicamente, o custo de não sofrer tão pesadamente com as sanções ocidentais foi uma ainda maior dependência econômica em relação à China, tanto como destino das exportações quanto como origem das importações russas, muitas das quais são necessárias para o esforço de guerra russo. Além disso, o empenho para manter uma economia mobilizada nesse cenário pode gerar problemas de desabastecimento de bens de consumo, se o atual impasse persistir. No aspecto militar, a própria necessidade de se obter um desfecho favorável é um desafio de grande complexidade, uma vez que o conflito se arrasta por mais de dois anos e não possui perspectivas de resolução.

No aspecto político, a eleição presidencial deste

ano é a primeira desde que as reformas constitucionais de 2021 foram aprovadas ([Boletim 138](#)). Uma das mais importantes mudanças deixadas foi o fim do sistema de “mandatos alternados”, pelo qual Putin alternava entre os cargos de presidente e primeiro-ministro para se manter no poder. Isso significa que Putin deve ter apenas mais um mandato além do atual, o que demonstra que um dos grandes desafios do atual presidente envolve não apenas escolher e eleger um sucessor, mas também manter a estabilidade do sistema político russo. Uma das medidas adotadas pelo atual governante russo nesse sentido é a de transferir lideranças para cargos no Conselho de Segurança Nacional — instituição de assessoramento da Presidência, mas de pouco poder prático —, como aconteceu com Dmitri Medvedev e Serguei Shoigu, ex-ministro da Defesa. A tendência é que essa prática se repita de forma gradual nos próximos anos, de modo que essas lideranças de grande renome saiam do poder público mas mantenham algum tipo de controle político nos bastidores.

Nesse sentido, o quinto mandato de Putin se inicia com desafios de grande complexidade nas searas econômica, militar e política. Embora haja seis anos para que sejam abordados, ainda é incerto quais serão as medidas tangíveis tomadas por Putin para superá-los.

Mudanças constitucionais na Rússia

Russia's Proposed Constitutional Changes

 President	 Security Council, State Council	 Duma
<p>Current</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Selects and appoints the prime minister ■ Selects and appoints key members of the Russian Cabinet, approves others ■ Serves as the head of the State Council and Security Council, can appoint members in both <p>Proposed changes</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Stricter term limits ■ No longer approves Cabinet members beyond those in key positions ■ Potentially weakened influence over the State Council and Security Council 	<p>Current</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Both advise the president ■ Both represent presidential power to other bodies ■ Security Council defined under the constitution <p>Proposed changes</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ State Council also defined under the constitution ■ Potential amendments to the functioning of both councils under federal law 	<p>Current</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Approves the prime minister ■ Can call vote of confidence <p>Proposed changes</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Fully responsible for the approval of Cabinet members (other than key members directly appointed by the president)

Fonte: RANE

A renovação do pacto político-militar nipo-estadunidense

Thomas Dias Placido

A aliança entre o Japão e os Estados Unidos da América (EUA) remonta à ocupação estadunidense no pós-Segunda Guerra Mundial, quando as autoridades do país se comprometeram a defender o Japão através do Tratado de Segurança Mútua entre Tóquio e Washington, de 1951. O documento foi revisado em 1960, garantindo que o Japão fosse submetido ao guarda-chuva securitário da nação norte-americana ao conceder aos EUA o direito de estabelecer bases permanentes no arquipélago nipônico. Posto isso, o presente artigo visa analisar os desdobramentos da atualização da aliança nipo-estadunidense estabelecida por Fumio Kishida e Joe Biden no último mês.

No dia 10 de abril, foi publicada a Declaração Conjunta dos Líderes dos Estados Unidos e do Japão, estabelecendo o mais novo robustecimento da aliança entre os dois países. Em um primeiro momento, destaca-se o elemento estratégico relacionado às questões de segurança compartilhadas por ambos os Estados, os quais vêm fortalecendo suas operações nos cenários do Indo-Pacífico em defesa do discurso liberal. Nesse sentido, a declaração não poderia ser mais oportuna para o Japão, especialmente em relação à confirmação da nova arquitetura de comando e controle entre as Forças Armadas dos EUA e as Forças de Autodefesa do Japão (FAD); garante-se, portanto, maior interoperabilidade administrativa, como previsto anteriormente pelas políticas domésticas de centralização

e modernização do Comando de Operações Conjuntas das FAD ([Boletim 197](#)).

Para os Estados Unidos, a atualização se apresenta como um momento conveniente para consolidar o alinhamento político com seu principal parceiro na Ásia, em contraposição a uma situação doméstica incerta. Entende-se que uma possível mudança de administração estadunidense em 2025 poderia minar os esforços implementados nos últimos anos. Em consequência, a declaração conjunta atuou como uma garantia de que Washington e Tóquio possam continuar a desempenhar um papel de cooperação através, por exemplo, da resiliência econômica e da integração de suas bases industriais de Defesa, dada a necessidade de se aumentar as capacidades de produção de itens críticos de segurança em face do cenário de crescente militarização no Leste Asiático. Outro ponto interessante é o aumento da contribuição japonesa para manter a presença das forças dos EUA no arquipélago, avaliada em mais de US\$ 8,6 bilhões, até 2027.

Em resumo, a visita e os acordos firmados pelas duas nações reafirmaram a dependência do Japão em relação à proteção estadunidense. Embora a aliança ofereça significativos benefícios de segurança, ela também impõe desafios à autonomia estratégica de Tóquio. O Japão deve, portanto, navegar cuidadosamente entre suas necessidades de defesa e seu desejo de manter uma política externa independente.

DOI 10.21544/2446-7014.n202.p13.

O acirramento da crise entre China e Filipinas no Mar do Sul da China

Rodrigo Ribeiro

As tensões entre China e Filipinas no Mar do Sul da China (MSC) relacionadas ao controle das ilhas Spratly e do atol de Scarborough tem escalado ao longo das últimas semanas. O principal ponto de atrito ocorreu no dia 30 de abril de 2024, quando navios das Guardas Costeiras da China e das Filipinas entraram em conflito na região do atol utilizando-se de canhões de água. O episódio resultou em duas embarcações filipinas danificadas e um subsequente tensionamento das relações entre os países. Assim, este artigo questiona: o atual acirramento da crise entre China e Filipinas no MSC pode resultar em uma escalada para o conflito?

O conflito no MSC tem se acirrado desde a ascensão de Ferdinand Marcos Jr. à presidência das Filipinas, em 2022. Marcos Jr., que diferentemente do

seu antecessor, Rodrigo Duterte, tem buscado reestabelecer a proximidade econômica e militar entre as Filipinas e os Estados Unidos (EUA). Nesse sentido, a China tem retaliado, aumentando a presença da sua guarda costeira na região das ilhas disputadas. Manila, por sua vez, tem respondido às ações chinesas, acusando Pequim de ferir os princípios do Direito Internacional e anunciando um projeto para fortalecer sua presença na região das ilhas Spratly através da construção de instalações militares e de obras de infraestrutura no arquipélago.

Cabe destacar que a região do Mar do Sul da China é repleta de recursos naturais importantes, como óleo e gás natural. Além disso, a área considerada de máxima importância para a estratégia marítima da China e para a

proteção das linhas de comunicação marítimas chinesas, que garantem seu abastecimento energético. Sendo assim, é improvável que a China ceda às pressões das Filipinas e diminua sua presença militar na região. Ressalta-se, entretanto, que o principal interesse da China é a manutenção do *status quo* no MSC, sem a deflagração de um conflito, visando garantir que o comércio chinês, que alimenta o crescimento econômico do país, continue fluindo pela região.

Portanto, apesar do atual acirramento, argumenta-se

que, ao menos no curto prazo, ambos os atores evitarão a escalada para o conflito, já que ele seria altamente prejudicial para seus respectivos objetivos estratégicos. Contudo, é preciso observar a natureza cada vez mais instável do Sistema Internacional, com a eclosão de conflitos em diferentes partes do globo. Esse cenário, bem como as ações de outros atores — como os demais países da região e os EUA — pode favorecer uma eventual escalada da crise entre China e Filipinas.



DOI 10.21544/2446-7014.n202.p13-14.

SUL DA ÁSIA

Geopolítica da hidrografia: o pleito indiano pelo leito oceânico

Maria Fernanda Császár

Em janeiro de 2024, o governo indiano submeteu à Autoridade Internacional dos Fundos Marítimos (ISA, em inglês) dois planos de exploração do leito do Oceano Índico. Essa não é a primeira iniciativa do país sul-asiático junto à ISA. A Índia conta com dois contratos para exploração do leito oceânico, assinados em 2002 e 2016, respectivamente. Apesar disso, Nova Delhi tem sido cada vez mais contundente em suas preocupações com a ocupação do Oceano Índico, especialmente daquelas regiões não incluídas em sua Zona Econômica Exclusiva. Nesse sentido, deve-se considerar por que o leito oceânico se tornou um aspecto relevante para a estratégia indiana na região.

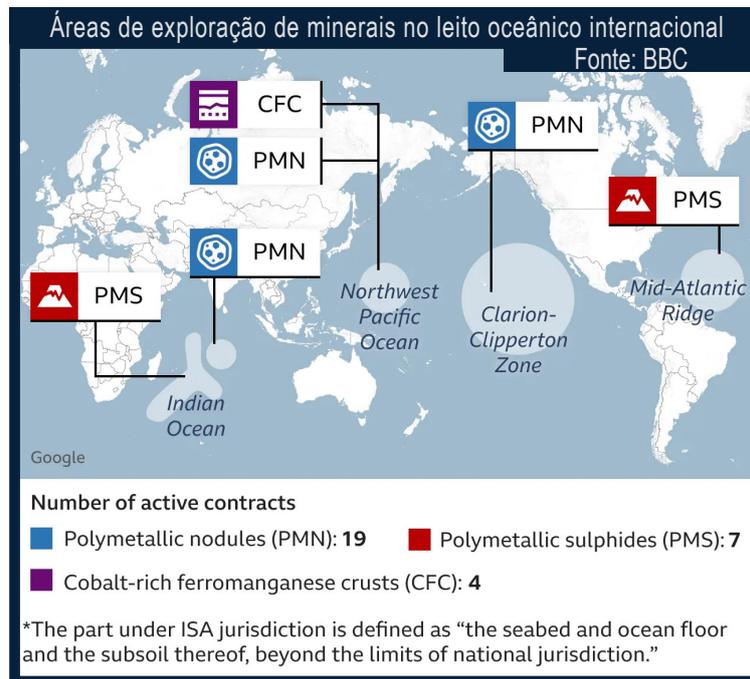
Primeiramente, o fundo marítimo é rico em recursos naturais. A Índia prevê um potencial no local de 380 milhões de toneladas de nódulos polimetálicos compostos de manganês, cobalto, ferro e outros minerais, avaliados em cerca de US\$ 110 bilhões. Mas, além das vantagens econômicas, o leito oceânico é palco de disputas geopolíticas intensas. A porção solicitada por Nova Delhi em janeiro, a elevação Afanasy Nikitin, é visada também pelo Sri Lanka. Somada a isso, a presença

de navios de pesquisa chineses no Oceano Índico preocupa o governo indiano, uma vez que as pesquisas realizadas garantem vantagem estratégica não só para exploração de recursos, mas também para o uso de submarinos — configurando uma ameaça à estabilidade da região.

No entanto, apesar dos contratos já assinados e do pleito realizado no início de 2024, a Índia ainda tem um longo caminho antes de garantir a exploração de fato. O ambiente submarino exige tecnologias próprias, acessíveis apenas a um seleto grupo composto por países como China, Estados Unidos, França, Japão e Rússia. Para se projetar abaixo da superfície, Nova Delhi vem investindo em sua frota hidrográfica, com planos de lançar o “MATSYA” 6000, um veículo submarino tripulado, em 2026, como parte da missão “Samudrayaan”. Com orçamento de aproximadamente US\$ 480 milhões, a missão tem uma abordagem holística, que se justifica não só pela necessidade de mapear as estruturas oceânicas mas também pelo objetivo da Índia de se tornar uma Economia Azul de maior destaque no cenário global.

Em síntese, Nova Delhi busca se projetar para além da superfície do Oceano Índico. Objetivando garantir a mineração de recursos valiosos e contrapor a influência de outros atores na região, o país investe em sua capacidade hidrográfica. No entanto, para atingir essa

meta, o pleito indiano para as novas áreas de exploração deve ser aprovado, e a Índia deve intensificar suas pesquisas submarinas. A geopolítica está alcançando o leito oceânico, como alcançou o espaço, e por isso é imperioso que estejam atentos a disputas dessa natureza.



DOI 10.21544/2446-7014.n202.p14-15

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

A modernização das Forças Armadas de Singapura

Gabriela Veloso

No início deste ano, o ministro da Defesa de Singapura anunciou uma série de atualizações para a implementação do plano de modernização das Forças Armadas do país, que visa melhorar suas capacidades e sua estrutura de combate. Desde que o plano previsto para ser concluído até 2040 foi revelado, Singapura começou a atualizar sua frota naval, adquirindo plataformas de empresas internacionais e modernizando as capacidades de patrulha marítima.

Ainda que recorra a mercados estrangeiros para mísseis, torpedos e submarinos, a Marinha de Singapura também depende de empresas nacionais para atender a suas demandas. No fim de abril de 2024, o país lançou seu quarto submarino do programa de construção “Type 218SG” no estaleiro da *Thyssenkrupp Marine Systems* (TKMS), na Alemanha. Com cerca de 70 metros de comprimento e 2.000 toneladas, são os maiores submarinos já construídos pela TKMS. Após os lançamentos do “Invincible” em 2019 e de “Impeccable” e “Illustrious” em dezembro de 2023 ([Boletim 188](#)), o “Inimitable” será entregue a partir de 2025, após testes intensivos.

A TKMS e *ST Engineering* assinaram um Memorando de Entendimento para melhorar conjuntamente as capacidades dos submarinos “Type 218SG” ao longo de suas vidas operacionais. Este acordo amplia a parceria anterior, assinada em dezembro de 2022, para incluir colaboração em tecnologias específicas, como manufatura aditiva, treinamento de manutenção, análise de dados e gestão do ciclo de vida.

As aquisições e implementações também mostram uma tendência clara para a integração de ativos não tripulados e autônomos em suas operações diárias, inspiradas pelo uso eficaz desses sistemas no conflito russo-ucraniano. A Marinha de Singapura (RSN, em inglês) anunciou a implantação do veículo aéreo não tripulado “Veloce-60”, operando no conceito de *mothership*, sob o qual veículos maiores e tripulados lançam e controlam ativos remotos. A RSN também planeja usar embarcações de superfície não tripuladas para funções de segurança marítima, refletindo o uso da tecnologia como multiplicador de força. Esses movimentos de modernização visam manter sua vantagem operacional, gerenciar a obsolescência de ativos e se adaptar aos aprendizados de conflitos atuais.

Diante do cenário internacional, não é surpresa que o Ministério da Defesa esteja implementado diversas atualizações táticas e aquisições. Geograficamente próximas de Singapura estão, por exemplo, as crescentes tensões entre China e Filipinas, que reivindicam áreas no

Mar do Sul da China, aumentando a instabilidade na região. As decisões de aquisição e modernização fazem parte de um processo contínuo e que se desenvolverá a longo prazo, com sensibilidades políticas e estratégicas em cada decisão.



DOI 10.21544/2446-7014.n202.p15-16.

TEMAS ESPECIAIS

O impulsionamento dos gastos militares globais

O Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI, em inglês) divulgou recentemente seu relatório anual sobre gastos militares em 2023. Segundo o instituto, os investimentos em defesa subiram para US\$ 2,4 trilhões, simbolizando 2,3% do PIB mundial, representando uma alta consecutiva de nove anos. Assim, questiona-se: quais são as principais explicações para o aumento dessa taxa?

O conflito entre grupos paramilitares e forças de Estado em diversos países africanos explica a crescente marca regional nos gastos. Segundo o relatório, os gastos em defesa na África cresceram 22% em 2023, com destaque para alta de 105% na República Democrática do Congo em relação ao ano anterior, explicada por uma crise regional do país contra o grupo M23, desde 2022. Uma importante alta (78% em relação a 2023) é destacada no Sudão, que vive um conflito interno desde a declaração de independência do Sudão do Sul em 2011.

Conflitos interestatais também explicam a alta nos gastos em defesa no último ano. A Rússia, diante do conflito com a Ucrânia, chegou a gastar em 2023, 5,9% do seu PIB, aumentando em 57% os gastos no setor em comparação ao estudo do SIPRI de 2014 — durante a Guerra da Criméia. A Ucrânia, por sua vez, investiu 57% a mais que a Rússia em defesa no último ano

em razão dos aportes financeiros feitos pelos Estados Unidos em 2023, que beiram os US\$ 35 bilhões. Israel também aumentou seus gastos com equipamentos militares em face das tensões com países da região diante do conflito na Faixa de Gaza. Com isso, o Oriente Médio acumulou uma alta de 9% nos investimentos militares comparado a 2023.

Mais da metade dos países da Otan aumentaram seus gastos com defesa, representando atualmente 55% dos gastos totais em 2023. A margem estabelecida há 10 anos pelos países do grupo — de investimentos em defesa de 2% do PIB ao ano — está deixando de ser apenas um limite a atingir, mas se tornando uma linha de base para investimentos no setor, tendo 11 dos 31 países do grupo já atingido ou ultrapassado a marca. Há dez anos, apenas três países chegavam à alíquota: Estados Unidos, Grécia e Reino Unido.

O relatório revela um cenário global de aumento nos investimentos militares, impulsionado por conflitos regionais e tensões geopolíticas. Além disso, a pressão na Otan para atender às metas de investimento em defesa contribui para o aumento nos gastos militares entre os membros. Os dados ressaltam a persistência e a importância dos desafios de segurança no mundo, dada a preparação e o elevado poderio militar existentes no Sistema Internacional.

DOI 10.21544/2446-7014.n202.p16.

- ▶ [History Already Tells Us the Future of AI](#)
PROJECT SYNDICATE, Daron Acemoglu e Simon Johnson.
- ▶ [The Threat of China's Shipbuilding Empire](#)
CSIS, Matthew P. Funaiolo.
- ▶ [The Age of Big Powerhouse U.S. Navy Warships Is All Over Now](#)
THE NATIONAL INTEREST, Brandon J. Weichert.
- ▶ [The long arc of Australian defence strategy](#)
ASPI, Michael Pezzullo.
- ▶ [Lessons from the Red Sea: Considerations for Naval Strategy in the 21st Century](#)
U.S. NAVAL INSTITUTE, Kevin D. McCranie.

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Por: José Araujo e Maria Fernanda Császár

MAIO

Principais eventos de 25 a 31

27-30



ANTÍGUA E BARBUDA
4ª CONFERÊNCIA DOS PEQUENOS ESTADOS INSULARES EM DESENVOLVIMENTO

28



BÉLGICA
REUNIÃO DO CONSELHO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA UNIÃO EUROPEIA

29



MADAGASCAR
ELEIÇÕES GERAIS

29



ÁFRICA DO SUL
ELEIÇÕES GERAIS

JUNHO

Principais eventos de 01 a 14

01



ISLÂNDIA
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

02



MÉXICO
ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E LEGISLATIVAS

02-16



ALEMANHA
EXERCÍCIO "BALTOPS"

06



UNIÃO EUROPEIA
ELEIÇÕES PARLAMENTARES

REFERÊNCIAS

- **Aquisição de caças F-16 pela Argentina**
[Argentina seals \\$300 million deal for 24 F-16 jets from Denmark](#). Reuters, 16 abr. 2024. Acesso em: 02 mai. 2024.
WILTGEN, Guilherme. [Argentina assina contrato de compra do F-16 dinamarquês](#). Defesa Aérea e Naval, 16 abr. 2024. Acesso em: 02 mai. 2024.
- **Os impactos geopolíticos da parceria Rússia-Nicarágua**
[Nicaragua - Events of 2023](#). Human Rights Watch, 2024. Acesso em: 17 mai. 2024.
MALDONADO S., Carlos. [Estados Unidos golpea los intereses de Rusia en Nicaragua con sanciones a un centro de entrenamiento](#). El País, 15 mai. 2024. Acesso em: 17 mai. 2024.
- **O incômodo estadunidense com as relações externas sul-africanas**
[HR 7256 - U.S.-South Africa Bilateral Relations Review Act](#). US Congress, 06 fev. 2024. Acesso em: 15 mai. 2024.
PANDOR, Naledi. [Bringing South Africa to its knees would be self-sabotage for the US](#). Financial Times, 05 abr. 2024. Acesso em: 15 mai. 2024.
- **Inteligência Artificial na África: desenvolvimento econômico ou expansão de influência?**
SALMON, Joan. [AI to grow by 30% annually in Africa, experts say](#). Monitor, 03 mai. 2024. Acesso em: 16 mai. 2024.
BARTLETT, Kate. [AI becomes latest frontier in China-US race for Africa](#). VOA News, 09 mai. 2024. Acesso em: 16 mai. 2024
- **União Europeia: o novo Pacto sobre Migração e Asilo e as futuras políticas do bloco**
[Novo Pacto em Matéria de Migração e Asilo: Perguntas e respostas](#). Comissão Europeia, 23 set. 2020. Acesso em: 18 mai. 2024.
WOOLRYCH, Katharine. [The EU Pact on Migration and Asylum, Explained](#). HIAS, 13 fev. 2024. Acesso em: 18 mai. 2024.
- **Zeitenwende: os avanços e os atrasos na nova política alemã**
COLIBASANU, Antonia. [Germany's Future, According to Germans](#). Geopolitical Features, 03 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
PUGLIERIN, Jana. [Turning point or turning back: German defence policy after Zeitenwende](#). European Council on Foreign Relations, 19 mar. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- **Equilíbrio precário: a insuficiência das Nações Unidas na Líbia**
[With UNSMIL facilitation, legislators and legal experts come together to unify approach to drafting a reconciliation law \[EN/AR\]](#). ReliefWeb, 02 mai. 2024. Acesso em: 15 mai. 2024.
[In Libya, UN failure and Russian influence require updated US policy](#). Middle East Institute, 25 abr. 2024. Acesso em: 15 mai. 2024.
- **Os novos desafios do quinto mandato de Putin**
[Law on amendment to Russian Federation Constitution](#). Kremlin, 14 mar. 2020. Acesso em: 18 mai. 2024.
FAULCONBRIDGE, Guy; TREVELYAN, Mark. [Putin starts new six-year term with challenge to the West](#). Reuters, 07 mai. 2024. Acesso em: 18 mai. 2024.
- **A renovação do pacto político-militar nipo-estadunidense**
CFR. Backgrounder: [The U.S.-Japan Alliance](#). Council on Foreign Relations, 03 mai. 2024. Acesso em: 04 mai. 2024
KUO, Mercy. [The Japan-US Security Upgrade](#). The Diplomat, 22 abr. 2024. Acesso em: 25 abr. 2024.
- **O acirramento da crise entre China e Filipinas no Mar do Sul da China**
AL JAZEERA. [Philippines alleges China damaged vessel in South China Sea disputed shoal](#). Al Jazeera, 30 abr. 2024. Acesso em: 17 mai. 2024.
MAITEM, Jeffrey. [South China Sea: Philippine senators launch new project to strengthen presence on disputed Pag-asa island](#). South China Morning Post, 17 mai. 2024. Acesso em: 17 mai. 2024
- **Geopolítica da hidrografia: o pleito indiano pelo leito oceânico**
BREWSTE, David. [Mapping the oceans is the new front in the battle for influence in the Indian Ocean](#). Lowy Institute, 27 mar. 2024. Acesso em: 05 abr. 2024.
[How deep-sea mining can power India's green transition](#). Firstpost, 22 mar. 2024. Acesso em: 05 abr. 2024.
- **A modernização das Forças Armadas de Singapura**
BAHTIC, Fatima. [Singapore's fourth Invincible-class submarine launched](#). Naval Today, 22 abr. 2024. Acesso em: 15 mai. 2024.
LIM, Thomas; LIN, Ian. [SAF 2040: Behind the SAF's Future Transformation Plans](#). SAF 2040: Behind the SAF's Future Transformation Plans. S. Rajaratnam School of International Studies, 06 mar. 2024. Acesso em: 16 mai. 2024
- **O impulsionamento dos gastos militares globais**
[War, fear of war spur global military spending to new record: SIPRI report](#). Al Jazeera, 22 abr. 2024. Acesso em 10 mai. 2024.
[World military spending rises for the ninth year](#). DefenceWeb, 29 abr. 2024. Acesso em 10 mai. 2024.

O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

MAPA DE RISCO

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência na economia brasileira e o impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Os parâmetros para categorização dos riscos seguem os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relevância dos atores envolvidos, repercussão internacional, impacto regional e a possibilidade da escalada de tensões. Após a seleção

dos fenômenos, estes podem ser categorizados em alto risco (vermelho), quando avalia-se grande instabilidade social, política, militar ou econômica; e também, em médio risco (laranja), para principais situações de agravamento de riscos observados. Os países em cinza representam conflitos monitorados; caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Kaike Mota

► ALTO RISCO:

- HAITI - Conflitos internos: [As killings surge, Haitians struggle to bury loved ones and find closure in violent capital](#). **AP News**, 19 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- IÊMEN - Crise estrutural e regional: [Yemeni security forces deploy in Aden as anger simmers over lengthy power outages](#). **Associated Press**, 16 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- ISRAEL - Conflito regional: [ICC prosecutor seeks arrest warrant for Israeli and Hamas leaders, including Netanyahu](#). **Associated Press**, 20 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- LÍBANO - Crise estrutural: [Ben Gvir suggests Israel should invade Lebanon to destroy Hezbollah in its entirety](#). **Times of Israel**, 20 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- MAR VERMELHO - Ataque à embarcações: [Houthi missile strikes China-bound oil tanker in Red Sea](#). **Arab News**, 18 mai. 2024. Acesso em: 18 mai. 2024
- MIANMAR - Conflito interno: [Myanmar's Rakhine state engulfed by conflict as rebels claim victory](#). **Nikkei Asia**, 20 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito militar: [Russian attacks on Ukraine's Kharkiv region kill at least 11 people](#). **Al Jazeera**, 19 mai. 2024. Acesso em: 19 mai. 2024.
- SOMÁLIA - Crise estrutural: [Somalia urged to take 'concrete action' against officials who violate citizens' rights](#). **Garowe Online**, 19 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- SUDÃO - Conflito interno: [RSF execution of popular former military sparks outrage and condemnation](#). **Sudan Tribune**, 20 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.

► MÉDIO RISCO:

- BELARUS - Crise regional: [Poland invests €2.2 billion in reinforcing its border with Russia and Belarus](#). **Euronews**, 19 mai. 2024. Acesso em: 19 mai. 2024.
- BURKINA FASO - Crise sociopolítica: [Au Burkina Faso, des tirs \(et des questions\) autour de la présidence](#). **Jeune Afrique**, 18 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- EQUADOR - Crise sociopolítica: [Verónica Abad, la vicepresidenta de Ecuador enfrentada a Noboa: “Temo por mi vida, sufrir un atentado”](#). **El País**, 19 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- GUINÉ - Crise sociopolítica: [Bah Oury à Kigali: “Le calendrier pour le retour à l’ordre constitutionnel tel qu’il a été défini ne le sera pas”](#). **MosaïqueGuinee**, 19 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- IRÃ - Instabilidade regional: [Iranian President Ebrahim Raisi and foreign minister confirmed dead in helicopter crash](#). **CNN**, 19 mai. 2024. Acesso em: 19 mai. 2024.
- IRAQUE - Crise regional: [Mass executions in Iraq under anti-terrorism laws of 'great concern', UN envoy says](#). **The National News**, 16 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.

- MALI - Crise sociopolítica: [Le président du Sadi salue la justice qui a rejeté la demande de dissolution de son parti](#). **RFI**, 20 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- NÍGER - Crise sociopolítica: [U.S. forces to leave Niger by mid-September](#). **The Washington Post**, 19 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Crise regional: [DRC army foils 'coup attempt' as gunmen target State officials homes](#). **The EastAfrican**, 20 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- SÍRIA - Crise regional: [War monitor says Israeli strikes kill six pro-Iran fighters in Syria](#). **Al Arabiya**, 20 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- VENEZUELA - Crise sociopolítica: [Opositor de Maduro promete liberdade política na Venezuela durante evento](#). **CNN Brasil**, 18 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.

► EM MONITORAMENTO:

- AFEGANISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [Deadly bomb hits de facto capital of Taliban-governed Afghanistan](#). **VOA News**, 20 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Instabilidade regional: [Armenia, Azerbaijan agree deal on disputed sections of shared border](#). **The Hindu**, 17 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- COREIA DO NORTE - Instabilidade regional: [S. Korean Navy Fires Warning Shots at North Korean Patrol Boat](#). **The Maritime Executive**, 19 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- COLÔMBIA - Instabilidade sociopolítica - **NOVO NO MAPA**: [Colombia hunts for assailants after Bogota prison director shot dead](#). **Al Jazeera**, 17 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- EL SALVADOR - Instabilidade sociopolítica: [Esta operación representa la incautación de droga más lejana de nuestras costas, en toda la historia de El Salvador: Nayib Bukele](#). **Diario El Salvador**, 19 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- ETIÓPIA - Instabilidade interna: [The Fano led Amhara Resistance is the last bastion for Ethiopia's future](#). **Borkena**, 19 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- GABÃO - Instabilidade política: [Les partis politiques exclus de l'organisation des prochaines élections](#). **Le 360 Afrique**, 19 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- GUIANA E VENEZUELA - Disputa regional: [Venezuela ameaça a paz no continente e pode invadir a Guiana antes das eleições: Tropas são mobilizadas na fronteira](#). **Sociedade Militar**, 19 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- ÍNDIA - Instabilidade social: [Man shot dead, two injured in Manipur's Imphal](#). **The Hindu**, 20 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- LÍBIA - Instabilidade sociopolítica: [1 killed, 6 injured in clashes in western Libya, says Libyan TV channel](#). **VOA News**, 18 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- MAR DO SUL DA CHINA - Disputas regionais: [Philippines urges China to allow scrutiny of disputed South China Sea shoal](#). **Reuters**, 20 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- MOÇAMBIQUE - Instabilidade entre governo e forças insurgentes: [At odds in DRC, Rwanda and SADC battle rebels side by side in Mozambique](#). **The EastAfrican**, 19 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- NICARÁGUA - Instabilidade sociopolítica: [El régimen de Ortega y Murillo se embolsó más de 250 millones de dólares con la confiscación de 135 propiedades en Nicaragua](#). **El País**, 18 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- NIGÉRIA - Instabilidade interna: [Nigerian Army Rescues Hundreds Held Captive by Terrorists in Sambisa Forest for a Decade](#). **Sputnik News**, 20 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- PAQUISTÃO - Instabilidade sociopolítica: [A continuing political crisis in Pakistan](#). **The Indian Express**, 18 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA - Instabilidade sociopolítica: [Attacks against Chinese mining firms kill four in CAR](#). **The Guardian Nigeria**, 18 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- SELVA DE DARIÉN - Crise migratória: [Panama weighs adding checkpoints in Darien Gap, issue deportation orders](#). **Voice of America**, 16 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.
- TAIWAN - Disputas regionais: [Global Tensions and a Hostile Neighbor Await Taiwan's New Leader](#). **The New York Times**, 19 mai. 2024. Acesso em: 20 mai. 2024.